



# EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática



## CRIANÇAS, DEFICIÊNCIAS, SEXUALIDADES E MATEMÁTICA: VIOLÊNCIA E SILENCIAMENTO

Gilson Abdala Prata Filho<sup>1</sup>

GD 13 – Educação Matemática e Inclusão

**Resumo:** Ao longo da história da humanidade, o “ser criança” passou por diferentes conceituações e concepções que contribuíram para o entendimento da criança como sujeito de direitos. Tais direitos foram assegurados pelas legislações e são fundamentais para o desenvolvimento e proteção integral da criança e do adolescente. Apesar dessas garantias, dados da Segurança Pública apontam um crescimento nos casos de violência sexual com vítimas entre 0 a 17 anos. Nesse sentido, as discussões sobre essa problemática devem ser abordadas nos diferentes espaços sociais, incluindo nos ambientes escolares e nas aulas de Matemática. Os saberes matemáticos perpassam as habilidades de contagem e de realizar cálculos, é necessário que esses saberes permitam utilizar a Matemática com criticidade sobre diferentes situações/contextos da nossa realidade. O presente trabalho faz parte da tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática que tem como objetivo problematizar as abordagens dos professores de matemática sobre questões de violência sexual, sofridas por estudantes com deficiência intelectual. Considerar esse perfil, torna-se importante, pois esses são considerados incapacitados e reduzidos à passividade. Nesse sentido, dialogaremos com referenciais que fazem abordagem sobre o “sujeito” criança, a deficiência intelectual, Matemática e sexualidades.

**Palavras-chave:** Crianças com deficiência intelectual. Violência sexual. Educação Matemática. Sexualidade.

### UMA BREVE INTRODUÇÃO

Toda criança é um sujeito de direitos, que são fundamentais para o pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, espiritual e social. O conceito de criança teve diferentes concepções ao longo da história da humanidade, que na antiguidade consideravam-nas como indivíduos que serviam aos adultos até o que compreendemos nos dias atuais, sendo elas sujeitos de direitos. Em 1990 foi estabelecido, pela lei nº 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que dispôs das leis de proteção integral à criança e ao adolescente, no que tange as proteções e garantias específicas a elas.

Dentre os artigos presentes no estatuto, o artigo 5º determina que nenhuma criança e/ou adolescente será cometida a qualquer forma de discriminação, exploração, crueldade, opressão, negligência ou violência, podendo infringir seus direitos fundamentais. Nesse sentido, ao analisarmos as concepções/conceitos de criança no decorrer da história, percebemos a necessidade de garantia e luta por esses direitos, haja vista que, vários atos de violência/abuso eram praticados

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Espírito Santo - IFES; Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática; [gilson.abdala@hotmail.com](mailto:gilson.abdala@hotmail.com); orientador: Edmar Reis Thiengo.

contra as crianças e muitas vezes normalizados perante a sociedade, devido as tradições culturais. Além disto, a compreensão do que é considerado abuso também pode dificultar no combate às violências e aos abusos contra crianças e adolescentes. Dessa forma, conforme Sanderson (2008), consideramos como abusos, aqueles que podem causar danos físicos, comprometer o desenvolvimento emocional, ações/atividades sexuais com ou sem contato físico e qualquer tipo de negligência que pode afetar o pleno desenvolvimento da criança.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, mostra aumento significativo de casos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos anos. As violências sexuais registradas são estupro de vulnerável, exploração e exposição sexual, no entanto, ainda não há uma distinção no perfil das crianças como, por exemplo, se ela possui ou não alguma deficiência. É importante levar em consideração e ter cuidados especiais àqueles jovens com idade cronológica superior aos 18 anos, mas que possuem idade mental consideravelmente menor, pois apresentam certa incapacidade de compreensão e podem estar mais vulneráveis ao abuso sexual (SANDERSON, 2008).

Dessa forma, diversas ações de promoção de políticas públicas de combate aos abusos contra menores precisam ser impulsionadas e colocadas em prática em todos os ambientes frequentados por este público e a escola tem se tornado um espaço fundamental para o enfrentamento do estupro, considerando que “pode ajudar (e já ajuda) no processo de identificação e denúncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção” (BRASIL, 2022, p. 5).

Com isso, D’Ambrósio (2002) afirma que o papel do educador vai além do saber ensinar um conteúdo específico, devendo contribuir para a formação de pessoas que tenham consciência dos seus direitos, deveres e saibam desenvolver sua cidadania em defesa da democracia e dos direitos humanos. Com esse papel, os professores podem abordar temas que promovam discussões e reflexões sobre os problemas sociais como, por exemplo, a violência sexual infantil. No que tange o processo de ensino e aprendizagem de Matemática, é preciso enfrentar as questões sociais que perpassam os ambientes escolares, por meio da criticidade sobre os diferentes contextos e situações presentes no dia a dia. Portanto, o campo da Educação Matemática tem sido relevante nessas discussões, mostrando que a Matemática pode ocupar espaço nas questões políticas, sociais, econômicas, culturais e os problemas presentes na sociedade podem ser trazidos para o contexto da sala de aula, com intuito de intervir de forma democrática na sociedade.

## CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA



**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.

Licenciado em Matemática e Pedagogia, atuando como professor do ensino fundamental (anos finais) e ensino médio e pedagogo dos anos iniciais, em diversos momentos questões ligadas à sexualidade e violência sexual perpassaram a sala de aula, no entanto, é proibido dialogar sobre sexualidade, corpo e nudez no ambiente escolar.

A sexualidade está ligada às sensações e as emoções do indivíduo, é também uma construção social com reflexos nas crenças culturais e religiosas da família. As crianças experimentam, desde os primeiros anos de vida, sensações com o ambiente e precisam compreender os significados dessas experiências, aprendendo o que é permitido (ou não) ser realizado com elas. De acordo com Sanderson (2008), muitas crianças sofrem abuso sexual por não identificarem que as experiências que estão vivendo, são comportamentos anormais e não devem ser praticados com elas.

Ao olharmos para essa situação, nos deparamos com as crianças com deficiência intelectual, que segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), apresentam atraso no desenvolvimento social, emocional e possuem déficits intelectuais que podem dificultar a compreensão, a percepção de pensamentos, sentimentos e experiências dos outros, além do julgamento social (APA, 2014). Dessa forma, crianças com essa deficiência, podem encontrar ainda mais dificuldades na percepção de abusos sexuais e a denúncia dos abusadores.

O artigo apresentado é parte da pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e tem como objetivo problematizar as abordagens dos professores Matemática, sobre questões de violência sexual em crianças com deficiência intelectual.

Alguns questionamentos podem ser feitos, no que se refere a relação da Matemática com assuntos de sexualidade e/ou abuso sexual, ou ainda, quais conteúdos podem ser associados ao tema e à disciplina. Nesse sentido, a questão problematizadora da pesquisa é como professores de Matemática podem abordar questões sobre sexualidade e violência sexual nas aulas de Matemática, com os estudantes, em especial, àqueles com deficiência intelectual?

Em consonância com o exposto por D'Ambrósio (2002), cabe ao educador ensinar os conteúdos matemáticos, mas também é preciso desenvolver o conhecimento para a formação das pessoas e que elas tenham consciência dos seus direitos, deveres e saibam desenvolver sua cidadania na defesa dos direitos humanos e da democracia. Assim, compreender a Matemática me

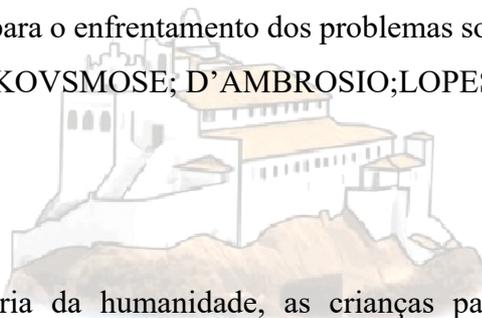


diferentes contextos sociais, torna-se necessário para a construção de uma competência democrática, que segundo Skovsmose (2008) é um conjunto de conhecimentos necessários para que exista uma democracia representativa e funcional na sociedade. Com isso, o conhecimento matemático deve contribuir para a tomada de decisões, resolução de problemas e garantia dos direitos fundamentais.

## CONHECENDO OS REFERENCIAIS TEÓRICOS NORTEADORES DA PESQUISA

As discussões teóricas da pesquisa estão voltadas para a compreensão do que é ser criança e suas concepções ao longo da história, com intuito de analisar como essas concepções podem estar ligadas às violências sofridas por esses sujeitos (RIZZINI; PILOTTI; ARIÈS; PRIORE), entender o que é a violência sexual e como as abordagens sobre sexualidade podem contribuir na prevenção desse tipo de violência (FÁVERO; SANDERSON; MCRUER), problematizar como os professores de Matemática podem abordar as essas questões em sala de aula com objetivo de desenvolver a Matemática para o enfrentamento dos problemas sociais que perpassam o ambiente escolar (D'AMBROSIO; SKOVSMOSE; D'AMBROSIO; LOPES).

### O “ser” criança



Ao longo da história da humanidade, as crianças passaram a ser caracterizadas e identificadas dentro da primeira idade da vida. Textos escritos na Idade Média, apresentavam as divisões por idade e com características específicas para cada fase da vida.

“A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não seus dentes bem ordenados nem firmes (...)” (ARIÈS, 2022, p. 12).

Nesse sentido, podemos considerar as crianças como indivíduos que não tem direito de fala dentro do contexto que estão inseridos e devem acatar as necessidades apresentadas pelas famílias, visto que, são consideradas seres não falantes. Ainda, segundo os textos, a adolescência é marcada pelo período que a pessoa já está apta para a procriação, a receber força e tem vigor. Por muito tempo, a imagem da criança estava vinculada ao adulto em miniatura e somente por volta do século XIII que algum “tipo de criança” começou a ser pensada. Segundo Ariès (2022), três tipos são destacados, a saber: a criança como um anjo, que aparentava um rapaz muito jovem que estava pronto para servir durante nas celebrações e destinadas às ordens estabelecidas; outro tipo foi



associado ao menino Jesus e estava associado ao mistério da maternidade da virgem Maria; E por fim, a criança em sua fase gótica, em que estava nua. Essas crianças nuas eram relacionadas aos inocentes ou crianças mortas.

As aparições sempre associadas e acompanhadas de adultos, retrata a relação de dependência das crianças às pessoas mais velhas. Até o século XVIII, exista certa confusão entre a adolescência e a infância, em que o primeiro era tido como uma “criança grande” ou também uma “criança mal educada”.

As crianças estavam/estão inseridas em um mundo totalmente diferente daquele que é descrito e idealizado pelas organizações, em que seus direitos para desenvolvimento e proteção são garantidos e aquele em que realmente estão inseridas. Nesse “mundo” as crianças são orientadas para o trabalho, para o ensino e para o adestramento físico e moral (PRIORE, 2021). Diferentemente do mundo projetado, repleto de brinquedos, eletrônicos, viagens e entre outros, as crianças estão em um espaço com diversas situações que ferem seus direitos, como por exemplo, o trabalho infantil, exploração sexual e tráfico de drogas.

A caracterização da criança como um indivíduo “sem muita significação” e um adulto em miniatura esteve presente nos países desenvolvidos e também se estendeu para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil que, desde o período de invasão pelos portugueses, negligenciaram os cuidados com as crianças. Com a chegada dos jesuítas, as crianças indígenas foram convertidas e transformadas em súditos do Estado português (RIZZINI; PILOTTI, 2011), sendo disciplinados a seguirem as normas e costumes cristãos. No período da escravidão, as crianças escravas eram transformadas em indivíduos úteis para o trabalho, quando não eram abandonas pelos senhores de engenho. A taxa de mortalidade era muito alta devido as condições precárias que viviam com seus pais. Apesar da Lei do Ventre Livre, em 1871, que declarou a liberdade dos filhos das mulheres escravas, muitas crianças permaneciam com os senhores que “tinham a opção de mantê-la até os 14 anos, podendo então, ressarcir-se dos seus gastos com ela, seja mediante o seu trabalho gratuito até os 21, seja entregando-a ao Estado, mediante indenização” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 18).

A história da criança do Brasil foi marcada pelo trabalho infantil nas lavouras que, mesmo após a abolição da escravidão, permaneceu e acentuou ainda mais o distanciamento das crianças e adolescentes ao que chamamos de direitos fundamentais. De acordo com Priore (2021), os adultos foram os responsáveis pelo silenciamento da existência dos pequenos e das violências e humilhações sofridas por eles.



## *Sexualidade e violência sexual infantil*

As abordagens sobre sexualidade infantil poucas vezes estão relacionadas com o campo da educação, restringindo-se às áreas da saúde. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), a escola tem se tornado um espaço fundamental para a identificação, denúncia e principalmente, a prevenção de casos de violência sexual infantil. A violência/abuso sexual pode ser associado a um ato violento, mas também implica no processo de manipulação da criança e a prática da violência psicológica. O abuso sexual é composto por um conjunto de abusos que a criança pode sofrer: o físico, o emocional, a negligência e o sexual. Apesar dos 4 tipos apresentados, as crianças podem sofrer um único tipo, alguns deles ou todos eles (SANDERSON, 2008).

Ao pensarmos nessa afirmação, nossa pesquisa tem como questão norteadora: como os professores de matemática podem abordar questões sobre violência sexual infantil com crianças com deficiência intelectual em sala de aula? A partir desse questionamento, faremos algumas discussões sobre sexualidade e violência sexual infantil.

O conceito de sexualidade está relacionado aos comportamentos presentes nas fases da vida, diferenciando em cada uma delas, e também de acordo com o contexto cultural. Para Sanderson (2008) a sexualidade da criança está ligada ao prazer experimentado por todo corpo, a partir das estimulações sensoriais, diferentemente do adulto que está mais direcionada ao prazer genital. Em consonância, Fávero (2003) destaca que a sexualidade infantil se difere da adulta por questões biológicas ligadas ao sexo gonadal, genital e somático que se apresentam menos desenvolvidos na infância. Assim, a sexualidade constitui-se como uma construção biológica da vida humana, ligada às sensações e as emoções do indivíduo, e também uma construção social com reflexos nas crenças culturais e religiosas da família. Nesse sentido, as famílias têm grande contribuições nas discussões sobre a sexualidade, pois as crianças reproduzem os comportamentos observados nos adultos e por vezes, ocultam alguns deles por medo de repressão e/ou castigos. Muitas vezes, existe uma associação de caráter negativo sobre o sexo e a sexualidade, considerados como “sujos, proibidos, degradantes ou representativos de dominação e submissão” (SANDERSON, 2008, p. 26). No entanto, faz-se necessário a orientação às crianças de que os prazeres vivenciados por elas no conhecimento do corpo, não devem ser fonte de prazer para outras pessoas. Essas orientações precisam ser mais reforçadas para crianças com deficiência - em específico, com deficiência intelectual – que apresentam atraso no desenvolvimento social,



emocional e possuem déficits intelectuais que podem dificultar a compreensão de riscos de abuso físico e sexual (APA, 2014).

Existe um equívoco ao pensarmos que pessoas com deficiência não vivenciam as experimentações ou não possuem a sexualidade, e isso faz com que esse assunto não seja abordado e trabalhado com eles. Contrapondo esse pensamento, os estudos realizados por Robert McRuer trazem discussões sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, desconstruindo a visão que é criada em relação a pessoa com deficiência, como alguém incapaz e impossibilitada de desenvolver atividades e possuidora de sua própria identidade.

A Teoria *Crip* desafia a visão tradicional da deficiência, de que ela deve ser curada ou eliminada, e busca construir espaços inclusivos e acessíveis que valorizem a diversidade e a diferença. As críticas feitas por essa teoria, trazem os questionamentos sobre as noções tradicionais de normalidade/anormalidade, destacando que essas categorias são construídas e perpetuadas socialmente. Assim sendo, a teoria propõe uma abordagem cultural e política que reconheça a deficiência como parte integrante da sociedade e que promova a igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas. Conforme McRuer “a Teoria Crip questiona - ou martela - o que foi concretizado; conseqüentemente, ela pode ser entendida como uma rampa nos estudos sobre deficiência e, de modo mais geral, na teoria crítica” (MCRUER, 2021, p. 60).

### ***Educação Matemática e Insubordinação Criativa***

Considerando a temática apresentada nesta pesquisa, compreendemos a importância das abordagens sobre a violência sexual infantil, nas aulas de Matemática, visto que os números apontam crescimento nesses casos de violência. O Anuário de Segurança Pública confirma esses números (dados) e aponta que a escola tem se tornado um espaço importante na identificação, denúncia e principalmente na prevenção da violência sexual infantil. Alguns questionamentos podem ser feitos para tentar compreender qual a relação da Matemática com os assuntos de sexualidade e violência/abuso sexual infantil e como o professor de Matemática pode trazer discussões sobre o tema em suas aulas. Nesta perspectiva, trazemos as contribuições da Educação Matemática para o processo de ensino e aprendizagem da Matemática.

Os estudos realizados no campo da Educação Matemática têm contribuído de forma significativa mostrando que a Matemática pode ocupar os espaços nas discussões sobre política, sociedade, economia, cultura de forma a intervir democraticamente na sociedade. Dessa forma, o



saber matemático não deve envolver apenas as habilidades de contar e calcular, mas sim, ser utilizado com criticidade sobre os diferentes contextos e situações presentes no dia a dia. O processo de aprendizagem de Matemática, segundo D'Ambrosio (2004) pode ser associado ao processo de letramento (literacia), em que as habilidades matemáticas estão relacionadas às questões da vida cotidiana e para a compreensão de informações, por meio da escrita, leitura e cálculo. Nesse sentido, a compreensão da Matemática torna-se fundamental para a construção da competência democrática, sendo esta considerada como um conjunto de conhecimentos necessários para a existência de uma democracia representativa e funcional na sociedade (SKOVSMOSE, 2008). Com isso, o educador matemático deve ir além do ensinar conteúdos (D'AMBROSIO, 2002), desenvolvendo o conhecimento matemático com intuito de contribuir para a tomada de decisões, resolução de problemas e tomada de consciência dos direitos e dos deveres diante da sociedade.

Assim sendo, os professores precisam promover discussões sobre temas/temáticas voltadas para questões presentes no cotidiano, ligadas muitas vezes à problemas sociais, como por exemplo, a violência sexual infantil.

Conforme citado anteriormente (subtítulo *Sexualidade e Violência sexual infantil*) existe certa resistência nos diálogos sobre sexualidade entre famílias e até mesmo nos ambientes escolares. Destacamos que, ao abordarmos sobre o tema, estamos dialogando sobre a existência, o reconhecimento e os cuidados com o corpo e as experiências vividas por cada indivíduo. Nas crianças, as emoções e os sentimentos estão diretamente ligados à sexualidade e estas precisam compreender os significados dos mesmos no seu processo de crescimento e construção social. Além disso, a partir das estimulações sensoriais, as crianças vivenciam e experimentam diferentes prazeres. Assim, faz-se necessário a orientação às crianças de que os prazeres vivenciados por elas no conhecimento do corpo, não devem ser fonte de prazer para outras pessoas.

A atuação do professor de Matemática é de fundamental importância nessas discussões, visto que, a Matemática também está presente nas questões e nos problemas sociais. Assim, os professores podem desenvolver estratégias que auxiliem nas tomadas de decisões e que reflitam sobre suas experiências frente a essa problemática que está presente no ambiente escolar. Desse modo, os professores assumem uma ação de Insubordinação Criativa, ao passo que deixam de transmitir o conhecimento e começam a ouvir e dialogar com os estudantes para juntos construí-lo.

Segundo D'Ambrosio e Lopes (2015) a Educação Matemática tem levado em consideração

**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.



questões sociais, políticas, econômicas, éticas, culturais, históricas, destacando as diferentes Matemáticas que emergem dos diversos contextos e que necessitam de novos posicionamentos dos educadores matemáticos, possibilitando melhor significação e compreensão sobre as Matemática. Em consonância, Rosa (2019) destaca que a associar a Insubordinação Criativa à Educação Matemática promove uma ação educativa que questiona com responsabilidade, com juízo e consciência de forma criativa.

Portanto, as críticas, os posicionamentos de enfrentamento, as discussões sobre o tema, as práticas preventivas e os questionamentos contra os sistemas, que muitas vezes dificultam os processos, constituem ações de insubordinação realizadas pelos professores e que contribuem no exercício da cidadania e na garantia do direito de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços no processo de ensino e aprendizagem de conteúdos matemáticos, percebemos que ainda se faz necessário pensar na Matemática para a formação democrática dos estudantes, levando em consideração problemas sociais presentes nos dias atuais. Da mesma forma, é preciso provocar ações de insubordinação em professores de Matemáticas com intuito de questionarem de forma responsável, consciente e criativa esses problemas enfrentados em nosso espaço escolar.

Desenvolver a criticidade, a tomada de decisões, a resolução de problemas e a tomada de consciência dos direitos e deveres também devem fazer parte das habilidades matemáticas, haja vista que a Matemática é fundamental para a construção da competência democrática.

As discussões sobre a violência sexual infantil também se fazem necessárias diante do exposto nesta pesquisa. Ao propormos um olhar para as crianças com deficiência intelectual, entendemos a necessidade dessa formação e conscientização, por se tratarem de crianças que muitas vezes estão estereotipadas como seres incapazes de desenvolver atividades, possuir uma identidade e até mesmo sentir e viver experiências ligadas à sexualidade.

Portanto, pretendemos problematizar as abordagens dos professores de Matemática, sobre esse tema, no intuito de compreender como os professores abordam essas discussões e se não abordam, o que interfere para o posicionamento de “silenciamento”.

## REFERÊNCIAS

**XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**  
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES  
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.



AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**; DSM-5. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

BRASIL Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

D'AMBRÓSIO, U. A matemática nas escolas. **Educação Matemática em Revista**. v. 9. n. 11, p. 29-33, abr. 2002.

D'AMBROSIO, B. S.; LOPES, C. E. Insubordinação Criativa: um convite à reinvenção do educador matemático. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 29, n. 51, p.1-17, 2015.

D'AMBRÓSIO, U. A matemática nas escolas. **Educação Matemática em Revista**. v. 9. n. 11, p. 29-33, abr. 2002.

FÁVERO, M. F. **Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores**. 1 ed. Lisboa: Climepsi Editores, 2003.

MCRUER, R. **Teoría Crip: signos culturales de lo queer y de la discapacidad**. Espanha: Kaótica Libros, 2021.

PRIORE, M. D. **História das Crianças no Brasil**. 7 ed, 6ª reimpressão. São Paulp: Contexto, 2021.

ROSA, M. Por que Insubordinação Criativa na Educação Matemática? **International Journal for Research in Mathematics Educational - RIPEM**, v. 9, n. 3, p. 1-4, 2019.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 201.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2008.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2008.

